

O manejo ambiental em Nova Aliança, Alto Solimões: memórias do passado e reflexos no presente

*Environmental management in Nova Aliança, Alto Solimões: memories of the past
and reflections in the present*

*Manejo ambiental en Nova Aliança, Alto Solimões: memorias del pasado y reflejos
en el presente*

Marcileia Couteiro Lopes
Hiroshi Noda

Artigo de investigação

Editor: Edgar Bolívar-Urueta

Data de envio: 2020-11-03 Devolvido para revisões: 2021-11-09 Data de aceitação: 2022-05-04

Como citar este artigo: Lopes, M. e Noda, H. (2022). O manejo ambiental em Nova Aliança, Alto Solimões: memórias do passado e reflexos no presente. *Mundo Amazônico*, 13(2), 51-76. <https://doi.org/10.15446/ma.v13n2.91267>

Resumo

As sociedades humanas da Amazônia foram ao longo do tempo sendo transformadas pelo sistema ambiental em que vivem e de forma recursiva foram transformando o sistema ambiental, uma simbiose que demonstra memórias passadas e reflexos no presente. Este artigo tem por objetivo descrever a busca identitária dos indígenas em Nova Aliança, via fundação de sua comunidade, relações sociais, crenças e topofilia manifestada no manejo do sistema ambiental. Assim fazemos uma triangulação de análise entre identidade, manejo e topofilia. A partir do Estudo de Caso Único foi possibilitado a adoção dos preceitos da Etnobiologia e da Etnoecologia, para emersão de dados primários e secundários, por meio da aplicação de técnicas de pesquisa participativa, os quais compuseram uma abordagem quali-quantitativa dos dados. O caso escolhido foi a comunidade Nova Aliança, localizada no município de Benjamin Constant, região do Alto Rio Solimões, Amazonas, Brasil, na qual os moradores se autoidentificam como indígenas da etnia Cocama. Os levantamentos e as análises dos dados coletados em campo evidenciaram que em Nova Aliança, desde sua origem, princípios como religiosidade, topofilia, relações de parentesco, cultura e reciprocidade, norteiam

Marcileia Lopes. Engenheira Florestal. Professora da Universidade Federal do Amazonas - UFAM/ Faculdade de Ciências Agrárias - FCA, no Departamento de Ciências Florestais - DCF. Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pelo programa PPG CASA/UFAM. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7953-5336>. Email: mlopes@ufam.edu.br

Hiroshi Noda. Engenheiro Agrônomo. Filósofo. Pesquisador Sênior do CNPQ. Doutor do Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia – INPA. Professor do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA/UFAM. Email: hnode@inpa.gov.br

seu modo de viver e manejar o sistema ambiental, refletindo em como constroem, transformam, significam e (re)significam relações sociais e as suas ações ao longo do tempo, frente as emergências que surgem.

Palavras-chave: Amazônia, Conservação, Sustentabilidade.

Abstract

The human societies of the Amazon have been transformed over time by the environmental system in which they live and in a recursive way have been transforming the environmental system, a symbiosis that demonstrates memories and reflections in the present. This article aims to describe the identity search of indigenous peoples in Nova Aliança, through the foundation of their community, social relations, beliefs and topophilia manifested in the management of the environmental system. Thus, we triangulate analysis between identity, management and topophilia. From the Single Case Study, it was possible to adoption the precepts of Ethnobiology and Ethnoecology, for the emertion of primary and secondary data, through the application of participatory research techniques, which comprised a quali-quantitative approach of the data. The case chosen was the Nova Aliança community, located in the municipality of Benjamin Constant, upper Solimões River region, Amazonas, Brazil, in which residents self-identify as indigenous peoples of the Cocama ethnic group. The surveys and analyses of the data collected in the field showed that in The New Alliance, since its origin, principles such as religiosity, topophilia, kinship relations, culture, and reciprocity, guide their way of living and manage the environmental system, reflecting on how they build, transform, sign and (re)signify social relations and their actions over time, in the face of the emergencies that arise.

Keywords: Amazon, Conservation, Sustainability.

Resumen

Las sociedades humanas de la Amazonía se han transformado con el tiempo por el sistema ambiental en el que viven y de una manera recursiva a su vez lo han transformado, en una simbiosis que envuelve recuerdos y reflexiones pasadas en el presente. Este artículo tiene como objetivo describir la búsqueda identitaria de los indígenas de Nova Aliança, a través de la fundación de su comunidad, las relaciones sociales, creencias y topofilia manifestadas en el manejo del sistema ambiental, triangulando para ello el análisis entre identidad, manejo y topofilia. En el estudio de caso único, fueron adoptados preceptos de Etnobiología y Etnoecología para el levantamiento de datos primarios y secundarios, a través de la aplicación de técnicas de investigación participativas que comprendían un enfoque cuali y cuantitativo de los datos. El caso elegido fue la comunidad Nova Aliança, ubicada en el municipio de Benjamin Constant, región alta del río Solimões, Amazonas, Brasil, en la que los residentes se autoidentifican como indígenas de la etnia cocama. Las encuestas y análisis de los datos recogidos en el campo mostraron que en Nova Aliança, desde su origen, la religiosidad, la topofilia, las relaciones de parentesco, la cultura y la reciprocidad, guían su forma de vivir y manejar el sistema ambiental, reflejando así cómo construyen, transforman, significan y (re)significan su relaciones sociales y acciones a lo largo del tiempo, ante las emergencias que surgen.

Palabras clave: Amazonía, Conservación, Sostenibilidad.

Introdução

Na Amazônia, as sociedades humanas foram transformando ao longo do tempo o ambiente em que vivem e de forma recursiva foram sendo transformadas por ele, resultando assim em uma simbiose que demonstra as memórias passadas e os reflexos no presente. A partir destas relações simbióticas de transformações, os sujeitos seguem sobrevivendo e conduzindo suas vidas com o conhecimento resultante das estratégias desenvolvidas frente às emergências que surgem no seu dia a dia. Emergências essas que são reproduções do meio no qual foram produzidos trazendo importantes contribuições para a compreensão dos processos de conservação ambiental.

Leff (2001), ressalta ainda, que essas transformações em um processo mutualístico são o encontro de racionalidades diferenciadas, como campos das relações sociedade-natureza que oferece tão somente uma primeira porta de entrada ao estudo de suas complexas inter-relações (p. 386). Frisamos assim para a práxis sustentável, as relações topofílicas emergentes do sujeito com o ambiente: quanto ao que ele sente em estar neste lugar, sua percepção quanto à sua responsabilidade com este espaço, suas atitudes no sentido de expressar esse sentimento de pertencimento, orgulho e apego, bem como suas demonstrações de representação acerca do local, entre outros.

No universo das sociedades humanas que habitam a Amazônia foi selecionada para o desenvolvimento desta pesquisa, a comunidade Nova Aliança, Alto Rio Solimões, município de Benjamin Constant, Estado do Amazonas. Nova Aliança, está localizada em um platô de terra firme, na margem direita do rio Solimões de acordo com as seguintes coordenadas geográficas: 4° 21'00 "S e 69° 36'27" W. Distante em linha reta, 46,7 km do porto de Benjamin Constant, ocupa uma área de 375 ha, sendo o rio a sua única via de ligação com as cidades e comunidades do entorno (Figura 1).

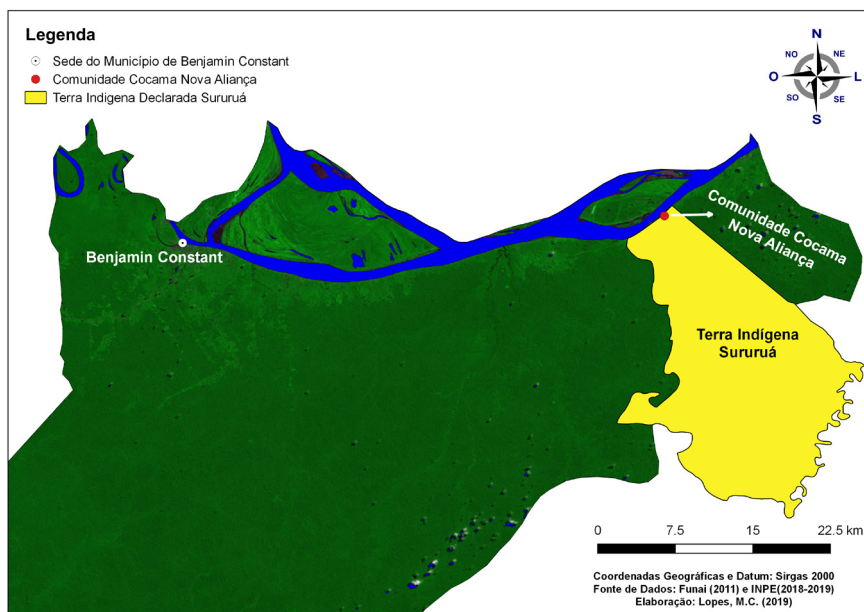


Figura 1. Localização de Nova Aliança. (Elaborado por Lopes, M.C., 2019).

A história da formação da comunidade Nova Aliança tem semelhança com tantas outras comunidades amazônicas, mas também tem singularidades que concernem características peculiares relacionadas ao ecossistema em que está inserida e a cultura da sociedade que a compõe. A história desta localidade

se traduz nas contradições dos lugares e das experiências vividas. Ou seja, a história construída conserva-se no saber dos agricultores familiares da comunidade Nova Aliança, e esse saber abre-se para o valor ético, prático e tradicional, que utilizados de forma conjunta garantem a sustentabilidade (Leff, 2001; Worster, 1991).

O estudo foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e aprovado conforme o parecer consubstanciado nº 2.577.000. O critério de inclusão na pesquisa foi estabelecido pelo “querer” fazer parte e por características sociais e culturais que os definiam como membros-chave na comunidade.

Como estratégia de pesquisa de campo foi escolhido o método do estudo de caso único e análises descritivas de dados quali-quantitativo (Yin, 2015), desta forma o sistema ambiental da comunidade Nova Aliança, seus sujeitos, seu cotidiano de vida, suas famílias, suas relações sociais e sua história passaram a ser nossas fontes diretas de coletas de dados. A pesquisa de campo foi conduzida entre os anos de 2017 a 2019 e para as coletas no foram utilizadas uma combinação de técnicas em consonância com os preceitos da Etnobiologia e Etnoecologia, dentre elas destacamos: o levantamento socioeconômico das famílias, observação direta e vivência do cotidiano, entrevistas nas unidades familiares e com os moradores mais antigos, áudios e vídeos, diários de campo, reuniões e oficinas, coleta de documentos e informações na comunidade, nos órgãos e entidades locais, além de trilhas culturais conduzidas pelos agricultores familiares, com paradas em pontos topofílicos sobre a história da comunidade, bem como sobre as transformações ocorridas, assim como, para que o pesquisador pudesse captar em seus discursos, as realidades vivenciadas no cotidiano, as experiências e o saber apreendido transgeracionalmente (Albuquerque *et al.*, 2010; Caregnato e Mutti, 2006; Martins, 2016; Maffesoli, 2007; Noda *et al.*, 2013; Noda, S. *et al.*, 2007; Yin, 2015).

Em suma, a explanação que faremos neste artigo tem como objetivo descrever a busca identitária dos indígenas em Nova Aliança, via fundação de sua comunidade, relações sociais, crenças e topofilia manifestada no manejo do sistema ambiental, contemplando a descrição dos aspectos sociais, históricos e ambientais no processo ocupacional das terras da comunidade Nova Aliança, as memórias dos primeiros moradores sobre as motivações que os colocaram em mobilidade e os trouxeram até ali, suas interações com o sistema e as relações topofílicas que os possibilitaram permanecer no lugar e que se consolidam até os dias atuais.

Entre o passado e reflexos no presente: a fundação de Nova Aliança

A história da ocupação da região Amazônica sempre esteve relacionada a questões de domínio, dominação e supremacia. Desde sempre, os conflitos pelo território e pelos interesses do Estado tinham como foco a manutenção da soberania. A região do Alto Solimões, no século XVII, estava no centro das disputas pela conquista da Amazônia. Esse processo se deu inicialmente entre os impérios coloniais (Portugal e Espanha) e depois entre os novos Estados Nacionais: Brasil-Peru-Colômbia. O Alto Solimões teve sua história marcada pelo estabelecimento de várias missões católicas, objetivando a catequização e a exploração da mão de obra indígena da região (Figura 2). E para alcançar estes objetivos, em 1750, o padre jesuíta Manoel dos Santos fundou na foz do rio Javari, a missão de São José de Javari, que compreende hoje os municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga (Ataíde; Braulio, 2017).



Figura 2. Período de ocupação e colonização do Alto Solimões. A. Celebração eucarística (missa) ao ar livre; B. Cerimônia de recebimento do sacramento do batismo. Fonte: Arquivos da Diocese de Tabatinga (2017).

Nesse período, a população residente no Alto Solimões, era em sua maioria composta de indígenas de várias etnias. Dentre elas destacavam-se os Omáguas¹, os Kambebas², os Ticunas³ e os Cocamas⁴. Os indígenas eram a força de trabalho para a extração dos produtos da floresta, assim como, eram em si, a própria mercadoria, resultante de um processo escravagista e de catequização exercido tanto pelos sertanistas, quanto pelos missionários durante a colonização (Souza e Oliveira, 2015).

Com as constantes perseguições aos índios, o Alto Solimões ficou despovoado, visto que os sobreviventes indígenas, fugiam ou migravam para outros lugares. Desta forma então, a carência de mão de obra necessária ao processo de exploração da seringa nativa nos ciclos da borracha, foi suprida por uma população nordestina que se aventurava ao Alto Solimões em busca de riquezas, fazendo surgir assim, as figuras do patrão, do regatão e do seringalista.

No final do século XIX e início do século XX, a atividade nos seringais motivou um grande fluxo migratório ao Alto Solimões. A história ambiental do Alto Solimões passa então a ser orientada de acordo com a dinâmica do extrativismo como atividade organizadora da economia, na qual a força produtiva era exercida pelos nordestinos que chegaram nesta região para trabalhar exclusivamente nos seringais no Vale do Javari, na extração do látex. Para estes nordestinos, a imigração para a Amazônia, apontava como uma esperança na melhoria das suas situações econômicas (Oliveira Filho, 1988).

Com o declínio da borracha após esse período, a maioria dos imigrantes não tiveram condições de retornar às suas localidades, buscando assim, um pedaço de “chão” para tirar seu sustento e abrigar suas famílias, passando a viver de atividades ligadas à terra e criação de animais. As consequências foram mudanças sociais, culturais e étnicas, bem como a reconfiguração da ocupação das terras e formação de novas comunidades.

Em meados de 1972, período em que as cheias castigavam a população do Alto Solimões e devastava suas plantações, começaram a chegar informações aos ribeirinhos, sobre a existência de um “Padre Santo” que operava prodígios, curava doentes, previa o futuro e pregava o fim do mundo após quarenta dias de escuridão, dando origem a um novo fluxo migratório no Alto Solimões, no qual as pessoas subiam o rio em caravana para encontrar o milagreiro (Magalhães, 1973). Segundo Guareschi (1985), a chegada do “Padre Santo” ao Alto Solimões imprimiu consequências no cotidiano de vida e de trabalho dos ribeirinhos, sendo capaz de envolver as populações indígenas, caboclas e ribeirinhas em processos de resiliência e adaptação social e cultural, fatores principais da consolidação do seu movimento religioso na região (Rodrigues, 2008; Begossi, 2001; Morán, 1990).

O “Padre Santo”, José Francisco da Cruz ou irmão José era um ex-seminarista católico, que não conseguindo tornar-se sacerdote, afirmava haver recebido do coração de Jesus a missão de levar a cruz e pregar o evangelho por todo o mundo (Guareschi, 1985). O próprio missionário em suas palavras sempre ratificava essa afirmação:

“Este pobre velhinho foi formado sacerdote e missioneiro não com estudo de homem nem com prata nem com ouro mais formado este missioneiro somente pela voz do coração de Jesus e a Santa figura do pai celestial [...] e o missioneiro do coração de Jesus: José Francisco da Cruz recebeu as mesmas ordens os mesmos compromissos do mesmo Jesus, recebendo uma cruz grande [...] da mesma forma recebeu uma bíblia grande vermelha [...] também o que disse formando a sua santa missão na terra que mandou a mim levar o santo evangelho propagar pregar dizendo como está escrito na bíblia quem crer ser batizado será salvo, quem não crer será condenado (Irmão José Francisco Da Cruz, 1973).

Irmão José passou por São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e depois subiu para a Amazônia peruana, na década de

70. A ordem Cruzada Católica Evangélica criada pelo missioneiro expressava a cosmovisão da necessidade da implantação das comunidades em lugares de fartura e de felicidade, onde seus seguidores encontrariam a salvação prometida, como pode ser observado no discurso contido em López Garcés (2005):

“Los miembros de la Orden hablan de una tierra [...] ubicada en zonas altas em el interior del bosque y será refugio em el fin del mundo. No há cenayunos y danzas para poder volar al paraíso, pero sítien en una serie de actos rituales relacionados com la cruz (López Garcés, 2005)”.

Os seguidores deveriam se preparar para o apocalipse, aumentando suas atividades agrícolas e armazenando recursos como forma de sobrevivência aos tempos difíceis que viriam. A adesão à Irmandade da Santa Cruz, geralmente era feita por famílias inteiras. A maior parte dos adeptos era constituída de indígenas Ticuna e Cocama, segundo Victor (1992). Dos novos membros se exigia que habitassem em uma comunidade em torno da cruz, passando a viver de acordo com a doutrinação, sendo instituídos regulamentos quanto a organização do trabalho e quanto as decisões comunitárias. As regras de conduta eram severas e o consumo de bebidas alcoólicas e drogas, terminantemente proibido. As vestimentas consistiam em itens de atenção e cuidado. Mulheres sempre de vestido e homens de calça comprida. Para os seguidores, doar 10% de toda sua renda para a igreja em forma de dízimo compreendia-se como obrigação e àqueles que não possuíam renda, contribuíam com animais de suas criações, partes de suas colheitas, bens de utilidade doméstica e com sua força de trabalho (Oro,1989).

Em 1981, ao receberem o chamado da irmandade na pessoa do próprio Irmão José, algumas famílias se colocaram em mobilidade e vieram do Peru para a fundação e propagação da cruz em diversas localidades do Alto Solimões. Sendo o homem um ser histórico, trazendo em sua bagagem de vida memórias não contempladas por muitos historiadores, desenvolvemos uma perspectiva endógena dos indígenas de Nova Aliança, os quais relataram sua fundação inicialmente com 03 (três) dessas famílias (do Peru). Chegaram em uma área com um barracão pequeno abandonado e uma mata densa, como narraram os primeiros moradores:

“Eu e minha família chegamos ao lugar denominado “Sururuá”, para fundar uma comunidade da Santa Cruz, autorizada pelo Irmão José Francisco da Cruz. Para a gente conseguir uma autorização para o desmatamento tivemos que ir a cidade de Benjamin Constant pedir do prefeito e do 8º Bis do Alto Solimões [...]. Iniciamos o desmatamento com a ajuda de 03 comunidades: Bom Caminho, São Leopoldo e Feijoal. O número de colaboradores ao todo foi de 89 pessoas. Fizemos a derruba de 300 metros quadrados, plantamos a Santa Cruz e inauguramos a referidade com o nome Nova Aliança. A missa foi celebrada pelo patriarca. Contamos com 21 pessoas, fundadores da referida comunidade (A.A.A., 62 anos).”

Pouco a pouco a comunidade foi se organizando em torno da cruz e a partir do trabalho das primeiras famílias. A chegada dos parentes em meados da década de 80 imprimiu um caráter comunitário mais forte e de ligação com o lugar, demonstrando fortes sentimentos topofílicos⁵ de apego ao lugar. Os moradores passaram a viver da agricultura, plantando principalmente mandioca, no entanto, a realização das atividades agrícolas por todas as famílias, assim como, o estabelecimento de mutirões, a organização de reuniões, os festejos e todas as decisões passavam pelo crivo da direção da irmandade (Calegare e Higuchi, 2016).

Religião, crenças e relações sociais: a construção identitária em Nova Aliança

Ainda hoje, a religiosidade ligada à Santa Cruz está no centro das decisões da comunidade. Há um Estatuto implementado desde a sua criação em 1981, que vem ao longo do tempo estabelecendo formalmente as normas e regras que regulam a vida em Nova Aliança. As crianças crescem convivendo com as regras estabelecidas pela irmandade e tem consciência de que as decisões perpassam junto às lideranças sociais e religiosas, demonstrando que ao longo das gerações, a mistura entre religiosidade e crenças faz parte da complexidade imbuída na história ambiental da comunidade Nova Aliança, as inúmeras interações realizadas resultam nas diferentes expressões culturais, nos modos de vida e organização.

Na atualidade, o templo religioso denominado “Filha do Deus Vivente”, localizado na parte mais alta de Nova Aliança, juntamente com a cruz de madeira, representa a pertença da maioria dos moradores ao movimento Messiânico Cruzada Católica Evangélica ou Irmandade da Santa Cruz (Figura 3).



Figura 3. Igreja Messiânica da Irmandade da Cruz no centro da comunidade Nova Aliança. Fonte: Lopes, M.C. (2018)

A ligação dos moradores de nova Aliança com o lugar onde vivem tem um marco cultural e simbólico ligado à “cruz plantada” no centro da comunidade.

Cisotto (2013) e Matta (2003), contribuem dizendo que essa conexão é tratada tanto no ambiente físico quanto no imaginário social, a relação entre paisagem, memória e cultura, reverbera também da experiência individual e da visão de mundo, construindo identificações que são compartilhadas num território comum. Isso marca a sacralidade do local, revelando as crenças e regras cotidianas. A irmandade fomenta a coesão e fortalece a identidade indígena dos cocamas, tendo como base valores religiosos (Agüero, 1985).

Assim percebe-se que a identidade em Nova Aliança está intimamente entrelaçada com o movimento religioso, sendo indissociáveis, como partes de um todo (Morin, 2005), constituindo-se como um importante elemento propulsor, capaz de mobilizar as pessoas, em processos de organização e reorganização social, cultural, espacial e ambiental, permitindo novos acoplamentos estruturais, por meio de reconstruções constantes.

Spindola e Santos (2003, p.120), partem da premissa de “que os conhecimentos sobre os indivíduos só são possíveis com a descrição da experiência humana, tal como ela é vivida e tal como ela é definida por seus próprios atores”. Sendo assim necessário compreendermos as dimensões humanas de identidade e crenças.

Os moradores de Nova Aliança se autoidentificam como índios da etnia Cocama. Os Cocamas estão distribuídos ao longo do rio Solimões/Amazonas até o vale do Rio Ucayali, no Peru. No Brasil, de acordo com a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA em 2010 cerca de 9.636 cocamas, habitavam principalmente, os municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Tonantins, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Fonte Boa, Jutai e Tefé.

Nem sempre na história de Nova Aliança os moradores manifestaram sua identidade cocama. Ela estava invisibilizada e a única identidade evidente era a revestida pela irmandade da Santa Cruz. Segundo Silva (2017), essa invisibilidade ou silêncio sempre foram fomentados pelo processo de homogeneização das populações, dominação e gestão do território amazônico, que conferia um contexto adverso de reprodução física e cultural, suscitando a negação da identidade indígena por muito tempo. Devido a este e a outros fatores, os Cocamas que foram considerados “extintos” durante muito tempo, na realidade, estavam “escondidos” ou “camuflados” vivendo isolados ou com outros povos em comunidades diversas, como podemos observar no discurso de um dos moradores antigos da comunidade:

“Os cocamas foram esquecidos durante anos, sempre colocados de lado, ou então vivia com nossos irmãos ticunas, era como se a gente fosse invisível (A.A.A., 59 anos, comunidade Nova Aliança)”.

Em 1983, lideranças cocamas do Alto Solimões começaram a se organizar em torno da discussão de sua identidade, iniciando um processo de fortalecimento da organização dos mesmos na região e o resgate de

sua identidade. Este movimento incentivou indivíduos e comunidades, a assumirem-se como Cocamas e a lutar pelos seus respectivos direitos (Matta, 2003). Em Nova Aliança desde esse período, até os dias atuais existe um esforço coletivo de todos para que assumam o papel de protagonistas na reafirmação da identidade e resgate de sua cultura. Os adultos e idosos relatam que o contato com outros povos e a necessidade de falar o português acabaram afastando-os do aprendizado de sua língua vernácula, contudo, existe entre eles um movimento intenso de resgate da cultura, da língua e do reconhecimento da identidade, realizado com o apoio das lideranças locais e da gestão da escola.

De acordo com Bauman (2012), a identidade tem relação com o ser humano e suas necessidades. Questões ligadas com a garantia dos direitos coletivos sobre a terra são elementos fortes que acompanham também as motivações de resgate da identidade entre os Cocamas de Nova Aliança. Neste caso, as suas reivindicações identitárias são estratégias de resistência ou de mudança em situação de incertezas.

As terras da comunidade Nova Aliança estão inseridas no processo FUNAI/BSB nº 08620.001007/08 de identificação da Terra Indígena denominada SURURUÁ, ocupada pelos grupos tribais Cocamas e Ticunas, abrangendo os municípios de Benjamin Constant e São Paulo de Olivença. A área de 36.125 ha foi declarada como terra indígena pela portaria do Governo Federal nº 3.077 em 2010, a partir do Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Sururuá, elaborado por uma equipe da FUNAI e do INCRA em 2003.

Na atualidade dentre as fases do procedimento demarcatório das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas e seguindo o que preceitua o Decreto Federal nº 1.775/96, Sururuá consta oficialmente como “Terra Declarada”, pois já obteve a expedição da Portaria Declaratória que vem do ministério da justiça e tem autorização para ser demarcada fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento. Este movimento incentivou significativamente os moradores de Nova Aliança assumirem-se como Cocamas, lutando pelos seus respectivos direitos, concretização de sua identidade e permanência no lugar.

O ecoar identitário da organização e relações sociais

A forma de como pessoas se organizam e mantem sua relação social está imbricada diretamente na materialização da sua identidade. Segundo Cardoso (2010), o termo “comunidade” é como os moradores autointitulam seu lugar de moradia, igualmente designa sua organização social e as formas tradicionais de ocupação e gestão do território. Brandão e Borges (2014) nesta mesma linha de pensamento definem comunidade como:

[...] o lugar humano da vida. [...] em que pessoas, famílias e parentes [...] reúnem-se para viver suas vidas e dar [...] um sentido a ela. [...] A comunidade é o lugar da escolha. [...] (Brandão e Borges, 2014, p. 2)

Os moradores de Nova Aliança sempre viveram em sistema comunal. Os preceitos da religião que os aglutinou nesse território, exigia que as tarefas cotidianas de manutenção dos espaços comuns fossem divididas e quando necessário, realizados mutirões. Este sistema complexo de organização só se tornou e se mantém possível, devido a existência de regras de convivência e valores cujos princípios estão imbuídos de reciprocidade e ajuda mútua (ajuri)⁶.

Aproximadamente 70 famílias e 453 pessoas, distribuídas em 58 casas vivem em Nova Aliança atualmente. Cada núcleo familiar é composto de 2 a 11 pessoas por unidade de habitação, porém a média geral está em torno 5 pessoas por família. A manutenção da unidade familiar, como observado por Noda S. (1985) e (2000) está intrinsecamente relacionado com a força de trabalho existente, portanto, famílias numerosas constituem uma estratégia quanto a disponibilidade de mão de obra para as atividades agrícolas desenvolvidas, considerando que os filhos maiores de 8 anos começam a participar deste processo a partir desta idade.

Das 453 pessoas que residem em Nova Aliança, cerca de 58% são homens e 42% são mulheres. Ainda assim o número de mulheres com idade entre 15 e 50 anos é maior que o número de homens. Em toda sua história Nova Aliança vivencia um sistema patriarcal estabelecido com reforço da doutrina religiosa, centrado na divisão sexual, a qual define os papéis para os membros homens e mulheres da comunidade.

Os homens são responsáveis por atividades de maior esforço físico como: a pesca, a caça, a limpeza, plantio, colheita das áreas de roça, e manutenção das áreas coletivas. São também os escolhidos para ocuparem os cargos de liderança religiosa como diretor da igreja (responsável pela congregação), presidente (suplente do diretor), vice-presidente (substituto do presidente), tesoureiro (cuida das finanças), secretário, fiscal (registra as reuniões), sacerdote (preside o culto), fiscal (delegado que repreende os mais jovens e comunica os atos inapropriados à direção) e o capitão (responsável pelas atividades coletivas) e liderança comunitária como: cacique (eleito de 4 em 4 anos), vice cacique, tesoureiro, secretário, porta voz, conselho local da educação e saúde.

Às mulheres sempre foi facultado se ocuparem com as atividades da casa, do cuidado com as crianças e de algumas atividades na roça. Não lhes é permitida a representação entre as posições de lideranças comunitária e religiosa, pois não são consideradas membros da igreja, porém mais recentemente começaram a ocupar cargos na escola e na área da saúde.

Um forte elemento estratégico de organização social na comunidade Nova Aliança está relacionado com os laços de parentesco. O parentesco ordena as relações sociais na comunidade e da comunidade com a sociedade. Esse tipo de relação vem sendo consolidada no decurso da história e determina as lideranças, as normas de convivência, a entrada na comunidade, o zelo e o cuidado com os espaços comuns, além do uso e apropriação dos mesmos.

Na atualidade, os laços de parentesco e a condição de pertencer a alguma etnia indígena são fatores fundamentais na aceitação de novos comunitários.

“A maioria aqui é parente. E tem que ser indígena para morar aqui. Aqui é um lugar protegido pelo governo que serve para morar, plantar diferentes qualidades de roças, pescar e para ter religião (P.F.M., 36 anos, comunidade Nova Aliança).”

Para determinar o quão forte são essas relações familiares moldadas ao longo do tempo, por gerações e sua influência na organização social, cultural e ambiental dos Cocamas de Nova Aliança, no levantamento de campo, as famílias foram classificadas de acordo com a seguinte nomenclatura: F1, F2,..., F18,...,F20,...,F(61). Todas as famílias foram visitadas e cada uma indicou suas relações familiares e de parentesco com as demais famílias da comunidade. A família 19 mudou-se logo após o levantamento sócioeconômico, portanto não foi considerada para fins deste estudo.

As interações familiares foram processadas utilizando softwares livres para análise e representação gráfica de redes sociais, disponíveis para download (Figura 4).

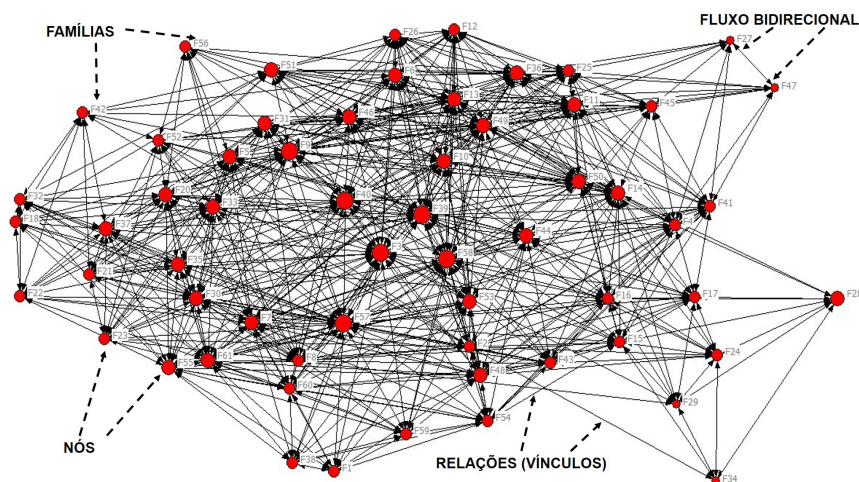


Figura 4. Sociograma das relações familiares em Nova Aliança. Fonte: Processamento e análises nos Softwares Ucinet 6.528 (BORGATTI, EVERETT e JOHNSON, 2013) e Netdraw 2.141 (BORGATTI, 2002).

De acordo com Hanneman e Riddle (2005), essa análise de redes sociais (ARS) objetiva identificar e interpretar padrões de laços sociais entre atores. Na estrutura das redes sociais encontram-se os atores (nós), os laços (relações) e fluxos. A rede monomodal⁷ analisada segue o critério dos laços de parentescos, onde os atores são as famílias de Nova Aliança, os laços são as relações existentes entre as famílias e o fluxo indica a direção das relações, se uni ou bidirecionais.

O diagrama de rede da Figura 3 apresenta as conexões estabelecidas entre as famílias. Ao avaliar o sociograma das relações familiares de Nova Aliança é possível verificar que as famílias representadas com círculos maiores são consideradas nodais, ou seja, com o maior número de ligações e relações familiares. Ao compararmos estas informações com os dados qualitativos coletados em campo, verifica-se que as famílias com maior número de relações têm também, um maior tempo de moradia na comunidade. É possível observar também que apesar de todos os nós estarem conectados, alguns estão mais distantes. E estes estão correlacionados com famílias com um tempo menor de moradia na comunidade.

As representações sociais de lideranças religiosas e comunitárias perpassam pelas famílias nodais (nós maiores). Algumas famílias nodais estão representadas tanto nos cargos religiosos (diretor, presidente, sacerdote, tesoureiro, dentre outros), quanto nos cargos comunitários (cacique, vice cacique, tesoureiro, secretário etc.). Esse entrelaçamento entre a dimensão familiar e organizacional pressupõe que a manutenção da organização refletirá na perpetuação da cultura, tradição e valores comunitários, evidenciando a imbricação destes dois universos.

Tomando como base a matriz elaborada para compor o sociograma da Figura 3 foram calculados alguns indicadores de interação como a densidade e o grau de centralidade. Conforme Marteleto e Tomaél (2005), a densidade de uma rede tem como objetivo determinar a conectividade dentro da rede, por meio do número de ligações existentes e possíveis. A análise da densidade é uma das métricas mais amplas da estrutura das redes sociais ao tentar explicitar o número de ligações existentes quando a rede é mapeada. Assim sendo, para Abdalla e Santos (2016), redes consideradas densas são aquelas com grande quantidade de conexões, e redes esparsas, as que possuem poucas ligações. Portanto, quanto maior a densidade, maior a coesão entre o grupo, ou quanto maior o número de ligações entre os nós, mais densa é a rede.

De acordo com o diagrama de rede (sociograma) apresentado anteriormente a densidade das relações familiares e de parentesco entre as famílias de Nova Aliança foi de 34%. O número de relações existentes entre as famílias equacionado com o número de relações possíveis revela a densidade da rede. Na rede de Nova Aliança as relações são bem construídas por laços familiares e os fluxos revelam uma forte interação entre as famílias. Algumas famílias se destacam devido ao maior número de relações que construíram desde a criação da comunidade.

O grau de centralidade foi outro indicador analisado no sociograma de Nova Aliança. Este significa o relacionamento que o nó exerce na rede com relação aos outros nós (Marteleto, 2001). Ou seja, segundo o autor, o grau de centralidade de cada ator é representado pelo nó. Quanto maior o nó, maior o grau de centralidade e maior o número de conexões estabelecidas. Na tabela 1 abaixo estão representados o grau de centralidade das 07 famílias de maior centralidade na rede.

Tabela 1. Centralidades das relações familiares.

Grau De Centralidade		
Classificação	Família	Centralidade
1	F39	38
2	F58	37
3	F57	36
4	F03	35
5	F40	32
6	F49	31
7	F09	30

Um alto grau de centralidade está ligado ao relacionamento com várias famílias da rede. Famílias que possuem centralidade com grau elevado são consideradas com grande influência sob as demais, por possuírem interações com todas as outras famílias. Em comunidades Amazônicas, conforme Andreello (2014, p.175-189), o parentesco é definido por meio de um jogo complexo de relações e alianças, configuram-se como estratégias de conservação social, bem como, do ambiente em que vivem e dos bens comuns que compartilham, garantindo seu modo de vida, sua sobrevivência, sua produção e (re)produção.

Em Nova Aliança, o referencial comunitário tem como base uma organização diferenciada no âmbito social, político e religioso, consolidada pelos laços familiares e de parentesco, assim como, pela identidade cocama. As famílias que se estabeleceram primeiro, a partir da adesão ao movimento religioso da Santa Cruz, estão como pontos centrais (famílias nodais) na dinâmica das relações sociais existentes na comunidade.

Diante do exposto, vimos que as relações de parentesco têm um papel chave no controle quanto ao acesso aos diversos elementos sociais, políticos, culturais, físicos e ambientais que compõem e mantém a comunidade Nova Aliança. O vínculo entre os moradores tende a gerar um pensamento de unidade, principalmente no que tange a tomada de decisões quanto à utilização dos bens comuns, quanto a divisão dos espaços, quanto a gestão do território e na escolha das lideranças. Assim também como na busca por reconhecimento, direitos sociais e reivindicações sobre o seu território perante o Estado. E de igual forma, a reciprocidade ocorre com mais intensidade quando da existência destas relações (Flinn, 2011).

Os moradores de Nova Aliança e o uso do sistema ambiental

O elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico se traduz em uma nova categoria sóciogeográfica, a topofilia, trazida por Tuan (2012, p. 19). Esse elo movimentava os processos de transformação das paisagens em Nova Aliança, alterando de forma recursiva o sistema ambiental em que vivem. Assim como Tuan (2012), Hidalgo e Hernandez (2001) declaram que o apego ao lugar é delineado como o vínculo emocional entre pessoas e determinados ambientes, alicerçado em dimensões multidimensionais que visam a compreender o complexo fenômeno da interação entre pessoas e ambientes e os vínculos que entre eles se estabelecem.

As interações promotoras de transformações podem ser de cunho estrutural e estratégicas compondo o espaço de vivência e reprodução social dos moradores. Sendo assim, Nova Aliança possui hoje, infraestrutura de energia elétrica que chegou em 2013 por meio do programa Luz para todos do Governo Federal, escola que atende do ensino básico até o ensino médio desde 2015, posto de saúde em fase de ativação, igreja da denominação Santa Cruz e barracão para reuniões.

Não existe sistema de abastecimento de água nas casas. A água para consumo e atividades domésticas é aquela que eles conseguem armazenar a partir das chuvas, em baldes e caixas d'água. Na época da “seca”, quando as chuvas são mais escassas, os moradores utilizam a água dos igarapés, das nascentes ou cacimbas. Todo resíduo doméstico é queimado ou enterrado e o sistema de saneamento básico das casas das famílias envolve a utilização das latrinas, ou “casinhas”, que consistem no estabelecimento de uma estrutura de madeira, com um buraco no solo, para o despejo dos dejetos.

Ao analisar a produção de artigos científicos relacionados ao tema, Felipe e Kuhnen (2012) elaboraram uma lista de indicadores dentro dos estudos da Psicologia Ambiental sobre as características do apego. Assim, quando analisamos a questão topofílica, notamos que emergiram, dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa, 6 (seis) dos indicadores de apego apresentados pelos autores, a saber: bem-estar; preferência; satisfação de interesses e necessidades; sentimento de lar; enraizamento; e orgulho, os quais veremos a seguir por meio da relação entre os saberes intergeracionais, a agricultura e o rio.

As paisagens também se modificam em Nova Aliança, quer seja pela ação das águas no ciclo sazonal do rio, quer seja pelo manejo do sistema ambiental local para atividades relacionados ao trabalho. Esses processos de transformação fazem parte da história ambiental da comunidade, e são uma tentativa de colocar o sistema ambiental na história, identificando o seu lugar

na vida dos moradores, manifestando as relações tofílicas de sentimento de lar (Oliveira *et al.*, 2007).

As famílias de Nova Aliança ocupam este território desde a década de 80, sendo a agricultura uma das principais formas de organização social que transforma os ambientes. Ela é um dos sustentáculos que conduz e direciona a vida e o trabalho na comunidade, meio essencial para a sobrevivência das famílias, no qual o agricultor preocupa-se em cultivar diversas espécies como estratégia de diversificação, reduzindo desta forma, os riscos e as incertezas (Barbosa, Batista e Pimenta, 2014).

Os agricultores em suas percepções revelam a importância desta atividade:

“Meu pai era agricultor. Agora eu sou agricultor e pescador (A.A.A, 59 anos)”.

“A gente tem a plantação da agricultura. Aqui é bom ser agricultor, a terra é produtiva, aqui na terra dá o arroz, dá o milho, dá tudo, pode plantá (E. A. M., 42 anos)”.

“Eu sou agricultor e minha mulher também. Minha esposa planta muita verdura (R. M. F., 40 anos)”.

A partir da agricultura ocorrem transformações das paisagens que compõem os agroecossistemas familiares, formados por espaços que evoluem, frutos da história, da ação (passada e presente) e da sociedade local, resultando em estratégias de apropriação dos ecossistemas (Santos, 2018; Garcia Filho, 1999). Estes agroecossistemas familiares em Nova Aliança, se constituem de sistemas múltiplos de conservação, subdivididos em espaços para as unidades domésticas, áreas para as roças, quintais, terreiros e capoeiras, além de áreas de uso comum. A organização dos agroecossistemas a partir destas estruturas e da percepção do agricultor, perpassa por significados e representações, que culminam na seleção de espaços determinados como “áreas de viver” e “áreas de trabalhar” (Noda S., 2000).

Os espaços dos cultivos, roças e capoeiras (áreas de trabalhar), são destinados principalmente para a produção agrícola de banana e a mandioca. Estas duas espécies têm importância cultural na vida dos moradores. A banana, muito utilizada no preparo de iguarias consumidas pela população local e a mandioca utilizada na fabricação de farinha e seus derivados, além de bebidas alcoólicas fermentadas, como a caiçuma⁸, consumidas pelos moradores nas comemorações e nas festas do aniversário da comunidade ou da religião.

Apesar da banana e da mandioca serem os cultivos de maior expressividade na comunidade, os agricultores também plantam milho, arroz, mamão regional, variedades de limão, laranja e tangerina, além de hortaliças como o coentro, couve e cebolinha. Percebe-se então que ao longo do tempo, a diversificação dos cultivos se converteu em uma estratégia adotada para

garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias, movimentar a economia, com a comercialização do excedente produzido, assim como, para manter a agrobiodiversidade local conservada (Herbelê *et al.*, 2017) revelando o sentimento topofílico de satisfação das suas necessidades e interesses.

Além de terem a expertise da produção agrícola, os moradores retiram uma gama de produtos da floresta e do rio para sua sobrevivência. Eles pescam no rio e nos lagos, e caçam nas áreas de floresta e de capoeiras. Todas essas atividades em conjunto movimentam a economia do lugar, complementada ainda pela renda recebida junto aos programas sociais do governo, pelo trabalho assalariado na saúde e na educação e por um comércio informal paralelo de venda de produtos não produzidos ou disponíveis na comunidade.

Do total de entrevistados, 95% afirmaram ser a agricultura sua atividade principal, os outros 5% são de moradores envolvidos com atividades no serviço público e não se declararam como agricultores. Do total dos que se declararam agricultores, 56,5% desenvolvem atividades exclusivamente voltadas para a agricultura, enquanto, 37,5% têm atividades ligadas a agricultura e a pesca e 1% desenvolvem atividades voltadas para agricultura e caça.

Algumas famílias são assistidas pelo governo, quanto aos benefícios sociais. As que possuem crianças pequenas e em idade escolar recebem o bolsa família. Aquelas que possuem idosos acima de 55 anos (mulheres) e 60 anos (homens), recebem aposentadoria rural. Outras associadas à colônia de pescadores recebem o seguro no período de defeso. Uma pequena parcela dos moradores recebe remuneração por seus trabalhos na Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas. Os benefícios sociais, o trabalho assalariado e as demais atividades extrativistas, complementam a renda obtida com a atividade principal que é a agricultura em Nova Aliança e contribuem para facilitar a aquisição de produtos que a comunidade não produz:

“Aqui quando a gente planta feijão de praia, não compro feijão. Arroz é só pilar. Muita coisa a gente não compra. Só compra óleo, açúcar. Se fosse na cidade tinha que comprar tudo. Ou quando não tem, vizinho dá, troca, empresta ou dá fiado (E. A. M., 42 anos)”.

Esta prática de diversificar as atividades é uma estratégia de sustentabilidade das famílias agricultoras de Nova Aliança, pois segundo, Baumel e Basso (2004) e Barbosa, Batista e Pimenta (2014), a estratégia da pluriatividade se configura como alternativa de reprodução nos agroecossistemas ou de ampliação das fontes de renda para a manutenção das famílias em Nova Aliança. Com isso percebemos que existe uma interassociação dos agricultores familiares de Nova Aliança, construída em uma rede tecida ao longo de gerações, em que o conhecimento sobre o sistema ambiental e seu manejo, perpassa por atividades distintas indo muito além de atividades produtivas ou de extrativismo, para a garantia da sobrevivência no lugar.

Outro elemento chave que produz interações com o sistema ambiental é o rio. O Rio Solimões para os moradores de Nova Aliança constitui-se em um importante meio de sobrevivência. Desde sempre, eles retiram do rio sua maior fonte de proteínas, o peixe e desde sempre o rio participa dos seus processos de mobilidade:

“O rio é muito importante porque é nosso sustento e meio de transporte. Nele temos o peixe” (M.P.C., 52 anos).

Do mesmo modo, utilizam suas águas para as necessidades básicas cotidianas como asseio e lavagem de roupas, e como elemento complementar das atividades de trabalho, pois é em suas margens que descascam e limpam a mandioca plantada nas roças para fazer a farinha. O rio baliza a vida dos moradores de Nova Aliança, com seus processos e dinâmicas fluviais, visto que assume o papel de um bem comum quando possibilita a manutenção e reprodução social, cultural e biológica dos moradores. Portanto, o rio em Nova Aliança é elemento de vida, lugar de passagem, de deslocamento, condição básica de reprodução (Cunha, 2000).

Desde criança, os moradores apreendem que do rio vem os peixes para o alimento, nele têm-se a água utilizada para diversas finalidades e é por meio dele que os moradores vêm e vão. A figura 5 é a representação mental da centralidade do rio no cotidiano de vida em Nova Aliança. As crianças representaram em seus mapas a importância do Solimões na dinâmica da vida em sua comunidade.

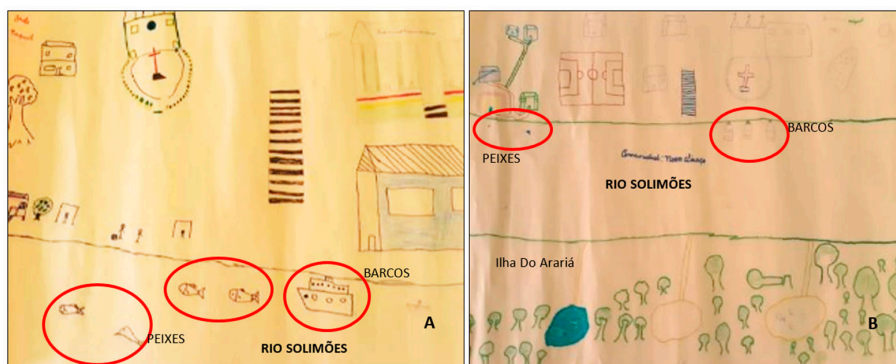


Figura 5. Representação mental da importância da comunidade Nova Aliança para as crianças. Fonte: Lopes, M. C. (2018).

A figura demonstra o rio Solimões em seu aspecto prático na percepção das crianças, como abrigo e fornecedor dos peixes que são utilizados na alimentação, do mesmo modo, que serve como meio para o acesso e deslocamento das suas famílias.

O rio é a centralidade do “todo” que forma a comunidade. Ele é o elo com a Ilha do Arariá, situada bem na frente, do outro lado do rio e muito utilizada pelos moradores como área de cultivo e lugar de pesca nos lagos. Portanto, é uma parte do sistema ambiental cheia de símbolos e significados, como um fio que conduz a vida, externando os sentimentos topofílicos de bem-estar e satisfação das necessidades. De acordo com Tuan (2012), as pessoas se relacionam com lugares a partir de seus sentidos, de suas mentes, de suas relações sociais e da sua cultura, sendo apropriados simbolicamente, tornando-se centros de significados e cuidados de forma diferenciada por todos: “[...] O rio é importante para o nosso sustento (D.D.A., 19 anos)”.

Em Nova Aliança, a pesca no rio vem sendo desenvolvida de forma concomitante e complementar à agricultura, movimentando a economia local, as relações de troca e reciprocidade, garantindo a segurança alimentar das famílias. As populações amazônicas sempre associaram a pesca com as atividades nos cultivos agrícolas e de coleta de produtos da floresta. Segundo Veríssimo (1970) e Pereira, Souza e Ramos (2007), um aspecto essencial da pesca desde os primórdios da colonização, sempre foi sua relação de importância e complementariedade na alimentação dos indígenas.

O rio Solimões é o lugar de pesca mais usual para os moradores, contudo os lagos (Sacambu, Curupira, Ressaca e Laguinho) e outros ambientes aquáticos (igapós, furos e paranás) formados com o movimento sazonal, também são bastante acessados. Estes lugares de pesca são na realidade, ecossistemas sociais, culturais e ambientais, conservados pelas famílias como bens comuns, reconhecidos por jovens e adultos de Nova Aliança, necessários à sua reprodução (Ricoveri, 2012; Dácio e Noda, H., 2018, p.59-87).

Na comunidade, a pesca é uma atividade voltada principalmente para o autoconsumo, pois é a principal fonte de proteína animal consumida pelos agricultores e suas famílias, contudo quando há excedente, ocorre a comercialização do pescado gerando uma renda extra aos moradores:

“Quando pega de muito peixe vende na comunidade ou em Feijoal (P. F. M., 36 anos)”.

“Antigamente dava mais peixe. Agora aumentou a população e também outros pescadores de outras comunidades. Quando pega um pouco a mais vende, mas se vende todo o peixe, todo dia tem que pescar (E.A.M., 42 anos)”.

Os saberes sobre técnicas, ferramentas, apetrechos e diversidade do pescado, assim como, sobre os lugares onde pescar, são repassados de geração em geração, pois a pesca está inserida no cotidiano das famílias.

Os mais jovens têm pela pesca uma maior predileção, com relação às demais atividades desenvolvidas na comunidade, para eles configura-se como algo muito além do que uma ocupação cotidiana para o sustento físico e

econômico de suas famílias, pois a pesca é realizada no rio e o rio em Nova Aliança é elemento de vida.

Assim percebemos que para além de um elemento físico, o rio é um lugar humanizado, vivenciado e produzido para acolher a vida ribeirinha. As águas que formam o rio representam a vida que há nele e os perigos que estão nas profundezas. Do rio vem o peixe, principal alimento e de fácil acesso, é o lugar da pesca de todos (Ribeiro, 2012). Sendo umas das bases da vida comunitária em Nova Aliança, o rio é acessado pelos moradores em um sistema de relações sociais e de dependência recíproca (Ricoverti, 2012).

Considerações finais

A história da comunidade Nova Aliança, no Alto Solimões, revela similaridades, complementaridade e diferenças com o passado de ocupação, ocorrida em toda a Amazônia. Passado este marcado por conquistas, subjugações, imigrações e apropriações (similaridades), bem como, por simbolismos, identidades e culturas que estão intrinsecamente ligadas à construção de relações na utilização do meio ambiente.

O resgate dessas memórias construídas a partir do saber adquirido no uso do sistema por gerações, nos possibilitam enxergar dados importantes sobre os processos de conservação da biodiversidade local, a partir das relações topofílicas e percepção dos moradores, mais especificamente, descrever a relação direta da história e do uso do sistema, permitindo o entendimento de como foram moldando-se os espaços, os saberes, as práticas, as técnicas de manejo, o modo de vida dos sujeitos, a construção de suas identidades e principalmente os processos de adaptabilidade frente a subida e a descida das águas. O passado se relaciona às origens e experiências coletivas associadas à produção e reprodução da população que habita essa comunidade.

Mesmo com tantos desafios essa comunidade tem sua vida entrelaçada ao uso dos bens comuns naturais fornecidos pelo ambiente, assim como a maioria das comunidades amazônicas. Bens esses, que na maioria das vezes são recursos coletivizados, compartilhados, administrados e autogerenciados pelos agricultores familiares, por um sistema de relações que tem como base a reciprocidade. É nessa história construída a partir da coletivização, do acesso e do compartilhamento, que se tornam evidentes, os processos de auto-eco-organização ocorridos em Nova Aliança, e seu papel fundamental na construção e reconstrução da identidade desta população.

Os indicadores topofílicos de bem-estar; preferência; satisfação de interesses e necessidades; sentimento de lar; enraizamento; e orgulho são bem evidenciados nos liames com o sistema ambiental como um todo. Tais princípios dão suporte acerca de direitos sobre os espaços, seu manejo e sobre

as práticas que conduzem à sustentabilidade, permitindo a apreensão de como os moradores de Nova Aliança, constroem, transformam, significam e (re) significam relações sociais e as suas ações frente as emergências que surgem.

Por fim, se construímos o mundo em que vivemos ao longo de nossas vidas, e por sua vez, ele também nos constrói no decorrer dessa viagem comum como afirmam Maturana e Varela (2011), então muitos dos costumes, sinais e símbolos que vieram ao longo do tempo, compondo a história desta comunidade, nasceram pelas necessidades emergenciais, acessibilidade e disponibilidade nas florestas, nas águas e terras. Desta forma, os moradores da Comunidade Nova Aliança têm a concepção que a sua história construída não é linear, mas sim dinâmica, e a partir desta percepção representam suas construções sociais, ambientais e culturais juntamente com as transformações, decorrentes de processos ao longo do tempo, orientadas pela conexão de lógicas distintas que conduzem a vida na comunidade.

Notas

¹ Omáguas: também chamados de “cabeça-chata”, habitantes do Alto Solimões que foram dizimados durante a ocupação do território Amazônico (Ataíde, 2017).

² Kambebas: etnia indígena que habita principalmente a região do Médio e Alto Solimões, assim como no Baixo Rio Negro (ISA, 2018).

³ Ticunas: configuram o povo indígena mais numeroso na Amazônia brasileira. São encontrados em seis municípios do Alto Solimões: Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins. Sua população está distribuída em mais de 20 Terras Indígenas (ISA, 2018).

⁴ Cocamas: habitantes do Solimões, distribuídos principalmente nos municípios de Tabatinga, São Paulo de Olivença, Benjamin Constant, Amaturá, Santo Antonio do Içá, Tonantins, Fonte Boa, Tefé e Jutai (ISA, 2018).

⁵ Yi-fu-tuan (2012), Topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou o ambiente físico.

⁶ Ajuri (mutirão): relação tradicional, baseado na ajuda mútua, como estratégia de multiplicação temporária da força de trabalho, diminuindo assim o tempo de realização das atividades (NODA S., 2000).

⁷ Rede monomodal: É a rede onde existe um só tipo de ator ou nó (HANNEMAN e RIDDLE, 2005).

⁸ Caçuma: bebida alcóolica, preparada a base de mandioca descascada e cozida, a coloração é esbranquiçada e o sabor levemente adocicado. A preparação consiste na maceração da macaxeira e, é utilizado a saliva para fermentação. A bebida é servida em comemorações e nos trabalhos coletivos, como o ajuri. (Dácio, 2017).

Referências

- ATAÍDE, L. (2017). *Tabatinga: crônicas fronteiriças*. Editorial Gente Nueva. 107p.
- ABDALLA, K.G.M.Z; SANTOS, F.L.X. (2016). Análise de rede: motivadores de relacionamento entre os atores de uma rede de promoção e defesa de direitos de crianças e jovens. *Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo*, 1(1), 23-43.
- ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P.; ALENCAR, N.L. (2010). Métodos e técnicas para coleta de dados etnobiológicos. En ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P.; CUNHA, L.V.F.C. Métodos e técnicas na pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica. Recife, PE: NUPPEA, p. 41-64.
- ANDRELLO, G. (2014). Cultura ou parentesco? Reflexões sobre a história recente do alto rio Negro. Universidade Federal de São Carlos/UFSCar. *Revista de Antropologia da UFSCar*, 6(1), 175-189. <https://doi.org/10.52426/rau.v6i1.116>
- BARBOSA, E. B.; BATISTA, J. R. E; PIMENTA, H. S. (2014). Agricultura familiar: características, importância, pluriatividade, multifuncionalidade e perspectivas dentro e fora da Amazônia. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, (193). <https://ideas.repec.org/a/erv/observ/y2014i19315.html>
- BAUMAN, Z. (2012). *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BAUMEL, A.; BASSO, L. C. (2004). Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. En CAMARGO, G.; CAMARGO FILHO, M.; FÁVARO, J. L. (Org.) *Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar*. Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro.
- BEGOSSI, A. (2001). Resiliência e Populações Neotradicionais: os Caiçaras (Mata Atlântica) e os Caboclos (Amazônia, Brasil). En DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. C. (orgs). *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum*. NUPAUB/LASTROP. São Paulo.
- BORGATTI, S.P. (2002). Netdraw Network Visualization. Analytic Technologies. Harvard, MA.
- BORGATTI, S.P.; EVERETH, M.G.; JOHSON, J.C. (2013). *Analyzing Social Networks*. London: Sage Publications UK.
- BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. (2014). O lugar da vida: Comunidade e Comunidade Tradicional. *Campo – Território: Revista de Geografia Agrária*, 9(18), 1-23. <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/27067>
- BRAULIO, O. B. (2017). *Educação Escolar Ticuna: uma descrição do universo educacional e cultural na escola Ebenezer, em Filadélfia, Benjamin Constant (AM)*. Manaus: [s.n.]. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa

- de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.
- CANALEZ, G. G. (2018). *Agroecossistemas Amazônicos: o valor da floresta. Tese de Doutorado de Geise de Góes Canalez*. Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – Universidade Federal do Amazonas.
- CALEGARE, G. A.; HIGUCHI, M. I. (2016). Transformações das Identidades Coletivas em Comunidade no Alto Solimões/AM. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(3), 1-9. <https://doi.org/10.1590/0102-3772e323222>
- CARDOSO, T. M. (2010). *O saber biodiverso: práticas e conhecimento na agricultura indígena do baixo rio Negro*. Universidade Federal do Amazonas. EDUA, 190p.
- CAREGNATO, R.C.A; MUTTI, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Revista Texto Contexto Enfermagem.*, 15(4), 679-684. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000400017>
- CISOTTO, M. F. (2013). Sobre Topofilia, De Yi-Fu Tuan. *Geograficidade*, 3(2). <https://doi.org/10.22409/geograficidade2013.32.a12868>
- CRUZ, J.F. (1973). *Jornal divulgado pelos seguidores da Cruz*. Diocese de Tabatinga.
- CUNHA, L. H.O. (2000). *Significados múltiplos das águas*. En DIEGUES, A. C. (Org.). *A imagem das águas*. São Paulo: HUCITEC.
- DÁCIO, A. I. C. (2017). *Segurança alimentar e conservação nos agroecossistemas do Alto Solimões, Amazonas*. Tese de Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – Universidade Federal do Amazonas.
- DÁCIO, A.I.C.; NODA, H. (2018). Lugares de terra e de água dos Kokama de Nova Aliança, Alto Solimões, Amazonas. *Tellus*, 37, 59-87. <https://doi.org/10.20435/tellus.v18i37.512>
- FELIPPE, M. L.; KUHNEN, A. (2012). O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa. *Estudo de Psicologia* (Campinas), 29(4), 609-617. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000400015>
- FLINN, M.V. (2011). Evolutionary Anthropology of the Human Family. Editado por SHACKELFORD, T. K. y SALMON, C. A. En *The Oxford Handbook of Evolutionary Family Psychology*. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780195396690.013.0002>
- GARCIA FILHO, D. P. (1999). *Guia metodológico dos sistemas agrários*. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO.
- GUARESCHI, P. (1985). *A Cruz e o Poder: a Irmandade da Santa Cruz no Alto Solimões*. Rio de Janeiro. Editora Vozes.
- HANNEMAN, R.A.; RIDDLE, M. (2005). *Introduction to social Networks*

- Methods*. Riverside, C.A. University of California. <http://faculty.ucr.edu/~hanneman/>
- HEBERLÊ, A. L. O., SICOLI, A. H., DE SOUZA SILVA, J., BORBA, M. F. S., BALSADI, O. V., e DA FONSECA PEREIRA, V. (2017). Agricultura familiar e pesquisa agropecuária: contribuições para uma agenda de futuro, In: Delgado e Bergamasco, *Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro*. p. 131-148. https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf
- HIDALGO, M. C.; HERNANDEZ, B. (2001). Place attachment: Conceptual and empirical questions. *Journal of Environmental Psychology*, 21, 273-281. <https://doi.org/10.1006/jevp.2001.0221>
- LEFF, E. (2001). *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Rio de Janeiro: Vozes.
- LÓPEZ GARCÉS, C. L. (2005). *Ticunas Brasileiros, Colombianos y Peruanos: Etnicidad y Nacionalidad en la Región de fronteras del alto Amazonas/ Solimões* – Tese de Doctorado – Brasil, Brasília – CEPPAC – UNB.
- MAFFESOLI, M. (2007). *O ritmo da vida: variações sobre o imaginário pós-moderno*. Rio de Janeiro, Record.
- MAGALHÃES, E. (1973). *Relatório para o S.N.I. das atividades do cidadão José Francisco da Cruz e da Seita “Irmandade Apostólica Evangélica no Alto Solimões* – AM. Diocese de São Paulo de Olivença. Arquidiocese de Manaus.
- MARTELETO, R. M. (2001). Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, 30(1), 71-81. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652001000100009>
- MATELETO, R. M.; TOMAÉL, M. (2005). A metodologia de análise de redes sociais (ARS). In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim, org. *Métodos quantitativos de pesquisa em ciência da informação*. São Paulo: Polis, p. 81-100.
- MATTA, P. (2003). *Relatório de identificação e delimitação da terra indígena sururuá*. Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Governo Federal. Publicado no Diário Oficial da União, de 20 maio 2008.
- MATURANA, H. A.; VARELA, F. (2001). *A Árvore do Conhecimento*. Ed. Psy II.
- MARTINS, A. L. U. (2016). *Conservação da Agrobiodiversidade: Saberes e Estratégias da Agricultura Familiar na Amazônia*. Tese de Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – Universidade Federal do Amazonas.
- MORÁN, E. F. (1990). *A Ecologia Humana das Populações da Amazônia*. Petrópolis: VOZES.
- MORIN, E. (2005). *Ciência com Consciência*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 350 p.

- NODA, S.N. (1985). *As relações de trabalho na produção de juta e malva*. ESALQ/USP. Dissertação de Mestrado. Piracicaba, SP.
- NODA, S. N. (2000). *Na Terra como na Água: Organização e Conservação de Recursos Naturais Terrestres e Aquáticos em uma Comunidade da Amazônia Brasileira*. 182f. Tese (Doutorado em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.
- NODA, S. D. N., NODA, H., MARTINS, A. L. U., e SILVA FILHO, D. F. D. (2007). Contexto socioeconômico da agricultura familiar nas várzeas da Amazônia. In: NODA, Sandra do Nascimento (Org.). *Agricultura Familiar na Amazônia das Águas*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, p. 23-66.
- NODA, H.; NODA, S. N.; MARTINS, L. H. P.; MARTINS, A. L. U.; SILVA, A. I. C. (2013). Etnoecologia de paisagens agrícolas nas várzeas na região do Alto Solimões. In.: NODA, H.; NODA, S.N.; LAQUES, A.; LÉNA, P. (Orgs.). *Dinâmicas socioambientais na agricultura familiar na Amazônia*. Manaus/AM: WEGA.
- OLIVEIRA, R. R.; FONSECA, D.P.R.; ENGEMANN, C.; SIQUEIRA, J. C. (2007). A História Ambiental como valor identitário: uma experiência de educação ambiental em uma comunidade urbana. *O Social em Questão*, 10, 93-104.
- OLIVEIRA FILHO, J. P. (1988). *“O nosso governo”: Os Ticuna e o regime tutelar*. São Paulo: Marco Zero. Brasília: MCT/CNPq.
- ORO, A.P. (1989). *Na Amazônia um messias de índios e brancos: Traços para uma antropologia do messianismo*. Petrópolis, RJ: Vozes. Porto Alegre: Edupucrs.
- PEREIRA, H.S.; SOUZA, D.S.R.; RAMOS, M.M. (2007). A diversidade da pesca nas comunidades da área focal do PIATAM. In: FRAXE, T.J.P.; PEREIRA, H.S.; WITKOSKI, A.C. (Orgs.). *Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: Modos de Vida e Uso dos Recursos Naturais*. PIATAM. Manaus: EDUA, p. 171-195.
- REGAN, J. (1993). *Hacia la Tierra sin Mal – La Religión del Pueblo en la Amazonía*. Peru, Iquitos, CETA – Centro de Estudios Teológicos de La Amazonía.
- RIBEIRO, M.A. (2012). O Rio Como Elemento Da Vida Em Comunidades Ribeirinhas. *Revista de Geografia* (UFPE), 29(2).
- RICOVERI, G. (2012). *Bens comuns versus mercadoria*. 1ª Edição traduzida. ed. Rio de Janeiro: Editora MULTIFOCO.
- RODRIGUES, P.M.A. (2008). *Homens e mulheres nas beiras: etnoeconomia e sustentabilidade no Alto Rio Solimões*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM.
- SANTOS, E. M. (2018). *Resiliência biocultural dos agroecossistemas na Amazônia: o baixo curso da Bacia do Ribeirão Taquaruçu Grande, Palmas-TO*. Tese de Doutorado Universidade Federal do Amazonas.

- SILVA, K. (2017). Reflexões sobre violência e deslocamentos de povos indígenas na Amazônia. *Mediações*, 22(2), 277-319. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2017v22n2p277>
- SOUZA, A. S. N. D.; OLIVEIRA, J. A. (2015). Retama Kamatatsuri: campesinos peruanos em Benjamin Constant no Amazonas – BRASIL. *Sociedade e Território*, 27 (Edição Especial I – XXII ENGA.), 61-78.
- SPINDOLA, T.; SANTOS, R. S. (2003). Trabalhando com história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 37(2), 119-126. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342003000200014>
- TUAN, YI FU. (2012). *Topofilia – um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina. Eduel.
- VERÍSSIMO, J. (1970). *A pesca na Amazônia*. Belém: Universidade Federal do Pará.
- VICTER, R. S. (1992). *Carisma e rotina na sucessão de uma liderança religiosa: a participação dos índios Cocama na renovação da Irmandade da Santa Cruz*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ.
- WORSTER, D. (1991). Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, 4(8), (198-215).
- YIN, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5ª. ed. Porto Alegre: Bookman.